

Lula garante que não vai impor à força Hidrelétrica de Belo Monte, no rio Xingu (Pará)

Página 12

PORANTIM



Em defesa da causa indígena

Ano XXXI • Nº 317 • Brasília-DF • Agosto – 2009
R\$ 3,00

ISSN 0102-0625

Justiça determina
desintrusão da terra
Awá Guajá, no Maranhão

Páginas 6 e 7

Cimi lamenta a
perda do missionário
Gunter Kroemer

Páginas 8 e 9



CEBs – Missão e Ecologia
Do Ventre da Terra o grito que vem da Amazônia

12º INTERECLESIAL

Indígenas, quilombolas, ribeirinhos e Comunidades Eclesiais de Base
mostram uma maneira sustentável de conviver com o meio ambiente

Páginas 4 e 5

Gunter Kroemer e a proteção aos povos indígenas “isolados”

No dia 15 de julho, perdemos o nosso querido companheiro Gunter Kroemer. Como Gunter dedicou mais de 30 anos de sua vida aos povos indígenas, ao lembrar de nosso amigo, lembramos de sua Missão, das causas que ele defendia e, dentre estas, daquela que foi o foco central de seu trabalho: a proteção dos povos indígenas em situação de isolamento e risco.

Os povos “isolados” chamaram a atenção de Gunter desde o momento em que iniciou sua missão no norte do Mato Grosso, no final da década de 1960. Abraçou de forma concreta e definitiva sua causa em 1978, quando coordenou uma equipe composta pelo Cimi, pela Operação Anchieta (Opan) e pela Prelazia de Lábrea para tentar impedir o massacre do povo Suruwahá, então sem contato, ameaçado pelas frentes extrativistas que avançavam sobre o seu território. Mais recentemente foi novamente convocado pelo Cimi para uma ação de proteção de numerosos grupos indígenas “isolados” na Amazônia. Ele dedicou-se a esta tarefa até os últimos dias de sua vida.

Cabem aqui, fiéis a sua memória, algumas palavras sobre esses povos, presumivelmente mais de 60, que mesmo nos dias atuais, da mesma forma que os Suruwahá 30 anos antes, estão ameaçados de extermínio. Existe inclusive uma grande possibilidade de crimes de genocídio terem sido praticados nos últimos anos e silenciados no interior da floresta.

Apesar de existirem informações sobre a existência desses povos, como sinais na mata (varadouros, acampamentos, objetos abandonados...) e testemunhos de indígenas e ribeirinhos da região, ela continua sendo negada ou ignorada, quando se trata de viabilizar os interesses econômicos. O projeto do Cimi, liderado até recentemente pelo Gunter, tem a finalidade de, com base em informações confiáveis, denunciar a ignorância conveniente sobre a existência desses grupos indígenas e provocar a adoção de providências pelas autoridades para a sua proteção.

Para ilustrar a ignorância conveniente aos interesses econômicos citamos alguns exemplos.

Na região do norte do Mato Grosso, Rondônia e sul do Amazonas, terras de povos isolados foram arrasadas pelo desmatamento. Isto, apesar da Fundação Nacional do Índio ter informações sobre a existência de indígenas isolados nessas regiões, confirmadas, inclusive, por fotografias áreas de acampamentos. No caso das hidrelétricas de Santo Antônio



e Jirau, no rio Madeira (Rondônia), apesar das autoridades terem sido alertadas sobre a existência de vários grupos de indígenas isolados na área de influência desses empreendimentos, a opção foi pelo silêncio sobre o assunto. As obras iniciaram sem nenhuma avaliação sobre extensão dos danos que as mesmas causariam a esses grupos, que foram tratados como se não existissem.

Por fim, citamos o projeto de recuperação da BR 319 – Porto Velho – Manaus que levou o Günter a Brasília no mês de junho de 2009 para participar da audiência promovida pelo Ministério Público Federal. Com base nas informações de campo, Gunter alertou os presentes sobre os impactos desse empreendimento sobre os povos “isolados” da região. Mesmo assim existe a vontade no Ministério dos Transportes de tocar o empreendimento desconhecendo a real dimensão dos seus impactos sobre esses grupos.

Estimulados pelo testemunho de Gunter, somos convocados a sair em defesa da vida dos povos em situação de isolamento e risco na Amazônia. A indiferença nos faz cúmplices da violência e do processo de extermínio desses povos.

Gunter Francisco Loebens
Cimi Norte I



BNDES e trabalho escravo

Além de financiar obras que impactam indígenas, quilombolas e ribeirinhos, como as grandes hidrelétricas, o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) já teve seu nome vinculado a empresas que desmatam a Amazônia. Agora, descobriu-se que o BNDES investiu no fim de 2008 cerca de R\$1 bilhão na Brenco, para implantação de fazendas e usinas de cana no Mato Grosso, Mato Grosso do Sul e Goiás. O investimento aconteceu meses após fiscais do Ministério do Trabalho terem encontrado trabalhadores em situação degradante em unidades da empresa. Foram 107 autos de infração contra a Brenco!!!

A Brenco e seus sócios americanos pretendem investir mais R\$ 5,5 bilhões na indústria canavieira. Será que o BNDES, que tem 20% do capital da empresa, vai lembrar que tem um S de Social??

O preço de Belo Monte

Apesar de todos os graves impactos socioambientais que a hidrelétrica de Belo Monte pode provocar para os moradores da bacia do rio Xingu, o custo que parece mais importar para o governo é outro: o custo financeiro. As empreiteiras afirmam que a obra vai gerar uma média anual de 11 mil kw de energia e querem receber até R\$ 33 bilhões pela construção; o governo parece só querer pagar até R\$ 7 bilhões. Lula já foi alertado que Belo Monte só geraria uma média anual de 4 mil kw de energia e também dos custos socioambientais. Espera-se que o presidente tome a melhor decisão entre enriquecer um pequeno grupo de empreiteiros e manter a vida de diversas comunidades.

Eleições na COIAB

A nova diretoria da Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira foi eleita na IX Assembléia Geral da entidade, ocorrida entre 20 e 25 de julho, na terra indígena Krikati, no Maranhão. Entre 2009 a 2013, a coordenação será composta por Marcos Apurinã (Coordenador Geral), Sônia Guajajara (Vice-Coordenadora), Cleiton Javaé (Coordenador Secretário) e Kleber Karipuna (Coordenador Tesoureiro)

ISSN 0102-0625

PORANTIM
EM DEFESA DA CAUSA INDÍGENA

Edição fechada em 04/08/2009

Publicação do Conselho Indigenista Missionário (Cimi), organismo vinculado à Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB).

APOIADORES

caritas
textos

Na língua da nação indígena Sateré-Mawé, PORANTIM significa remo, arma, memória.

Dom Erwin Kräutler
PRESIDENTE

Maíra Heinen
EDITORA - RP 2238/GO

Marcy Picanço
EDITORA - RP: 4604/02 SP

CONSELHO DE REDAÇÃO

Antônio C. Queiroz
Benedito Prezisa

Egon D. Heck
Nello Ruffaldi

Paulo Guimarães
Paulo Suess

Editoração eletrônica:
Licurgo S. Botelho
(61) 3034-6279

Impressão:
Gráfica Teixeira
(61) 3336-4040

Administração:
Dadir de Jesus Costa
Página 16: Fotos/Arquivo Cimi
com seleção de Aida Cruz

Redação e Administração:
SDS - Ed. Venâncio III, sala 310
CEP 70.393-902 - Brasília-DF

Tel: (61) 2106-1650

Fax: (61) 2106-1651

Caixa Postal 03.679
CEP: 70.089-970 - Brasília-DF

E-mail: editor.porantim@cimi.org.br

Cimi Internet: www.cimi.org.br

Registro nº 4, Port. 48.920,
Cartório do 2º Ofício
de Registro Civil - Brasília

Faça sua assinatura pela internet:
adm.porantim@cimi.org.br

PREÇOS:

Ass. anual: R\$ 40,00

Ass. de apoio: R\$ 60,00

América latina: US\$ 40,00

Outros Países: US\$ 60,00

POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA À SAÚDE INDÍGENA: continuam as indefinições

Governo fortalece Funasa, apesar de denúncias sobre negligência, ineficiência e desvios de recursos no órgão

Roberto Antonio Liebgott
Vice-Presidente do Cimi

O Ministério da Saúde sinalizou, no ano de 2008, para a redefinição da política de atenção à saúde das populações indígenas em todo o Brasil. Os povos e organizações indígenas, bem como as entidades indigenistas, reivindicam há anos a adequação da política de saúde, a Lei Arouca (9836/1999). A referida lei determina que seja criado um Subsistema específico de Atenção à Saúde para estes povos, vinculado ao Sistema Único de Saúde. Em abril de 2008, depois de uma série de denúncias sobre os problemas na gestão da atual política de saúde, o presidente Lula foi pressionado pelas lideranças indígenas que estavam presentes no Acampamento Terra Livre, pela CNPI (Comissão Nacional de Política Indigenista) e CISI (Comissão Intersetorial de Saúde Indígena), e incumbiu o ministro José Gomes Temporão a “resolver esse problema”.

A aparente preocupação do governo com relação à saúde indígena teve várias causas, entre elas a precariedade dos serviços prestados pela Fundação Nacional de Saúde (Funasa) e suas conveniadas, a mortalidade infantil crescente em várias regiões do Brasil, bem como o alastramento de doenças como Hepatite A, B e C. Agravando ainda mais este quadro, vieram a público as denúncias de malversação do dinheiro da saúde pela Funasa. O Tribunal de Contas da União, em função disso tudo, realizou uma auditoria que abrange as ações, os serviços e o uso dos recursos destinados à assistência dos povos indígenas. Houve também uma intervenção do MPT (Ministério Público do Trabalho) questionando judicialmente a forma como são contratados os servidores que atuam na assistência às comunidades. Desde o governo do ex-presidente Fernando Henrique Cardoso, a gestão da saúde indígena é feita pela Funasa e executada por meio de terceirização da mão-de-obra, uma situação que o MPT considerou, de forma acertada, irregular. A ação impetrada pelo MPT foi acatada pela justiça e o governo federal deverá ajustar esta política às normas constitucionais.

Foram realizados em 2008 muitos seminários e reuniões sobre este tema.



Também foram publicadas portarias e resoluções do Ministério da Saúde visando explicitar as propostas para uma nova política. E, de acordo com as diretrizes das Conferências Nacionais de Saúde Indígena, a União deveria assegurar a autonomia administrativa e financeira dos Distritos Sanitários Especiais Indígenas, bem como promover o fortalecimento da participação indígena no âmbito do planejamento, organização e execução das ações e serviços nas comunidades. E o mais importante, a gestão da saúde deveria ser de responsabilidade de uma Secretaria Especial, a ser criada no âmbito do Ministério da Saúde. Como parte do processo, seria constituída uma comissão formada por especialistas, tendo assento nela lideranças indígenas de todo o Brasil. Esta comissão teria a incumbência de delinear a nova estrutura e a política a ser executada. A transição de uma política para a outra já deveria ter sido iniciada e perduraria até o ano de 2012.

Ameaças à implantação do Subsistema

Mas, concretamente, como vem se desencadeando o processo de construção do Subsistema de Saúde Indígena no âmbito do governo federal? Pode-se afirmar que as propostas estão no mundo das idéias e a participação indígena se restringe às lideranças que são convidadas para reuniões esporádicas em Brasília. Por outro lado, a Funasa continua como gestora da política de saúde, sem que esteja explicitado um cronograma das mudanças pretendidas. No que se refere ao processo de discussão mais amplo, observa-se que as comunidades não têm sido contempladas. Ou seja, a transição desta política para o Subsistema não chegou sequer a ser comunicada aos indígenas e o Ministério da Saúde, por meio de seus dirigentes, tem se esquivado e protelado os debates, planejamento e consolidação do novo modelo de assistência à saúde.



O mais grave é que o governo vem fortalecendo a Funasa, mesmo com as evidências de sua inadequação no atendimento à saúde indígena. Exemplo claro disso, foi a edição do Decreto 6.878 em 18/06/09 que “que aprova o Estatuto e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções Gratificadas da Fundação Nacional de Saúde - FUNASA”. O referido decreto confirmou que, antes de qualquer iniciativa de mudanças para atender as reivindicações indígenas e a própria legislação, os governantes se preocupam com o apaziguamento administrativo. No caso da Funasa, estavam abaladas as relações entre o ministro da Saúde e os agentes da Fundação, de modo especial com os que ocupam cargos de direção. Esta medida não soluciona os graves problemas, ao contrário, institui novos cargos e incrementos em uma Fundação que vem sendo denunciada ao longo dos últimos anos. Tal fato fortalece a idéia de que este órgão da administração pública federal serve para acomodar interesses políticos regionais e federais, bem como para agraciar com empregos pessoas apadrinhadas dentro de alguns dos partidos da base de sustentação do governo.

O que resta a ser feito pelos movimentos indígenas e indigenistas diante desta realidade? Primeiro é importante que as comunidades indígenas sejam informadas a respeito de tudo o que ocorre em termos de debates, propostas e possibilidades para a política de saúde. Esta é uma tarefa a ser assumida pelas lideranças, agentes de saúde, professores, representantes das organizações dos povos indígenas, pela CNPI, bem como por indigenistas e missionários que atuam diretamente nas aldeias, prestando apoio às lutas pela defesa da terra e por políticas públicas adequadas às necessidades indígenas. Para que esta situação seja revertida, é fundamental que se denuncie aos órgãos de fiscalização, de modo especial ao Ministério Público Federal e ao MPT, a inoperância e a negligência dos agentes e instituições responsáveis por assistir e prestar serviços em saúde. Também é importante manter a mobilização e exigir das autoridades a implementação da política que vem sendo discutida há décadas pelos povos indígenas. ■

Protestos, como o enterro simbólico da Funasa, mostram a insatisfação dos indígenas com o descaso na assistência à saúde

E o trem das CEBs chega à Amazônia...

No 12º Encontro Intereclesial das CEBs, povos da terra e das florestas mostram seu grito e clamam por mudanças

Maíra Heinen
Editora do Porantim

Avivência em comunidade de base tem nos povos indígenas, camponeses, seringueiros, ribeirinhos e quilombolas, os maiores exemplos de comunhão com a natureza e respeito a toda criação e às pessoas. Em Porto Velho, Rondônia, novas formas de viver em comunidade e a construção de um novo mundo possível e ecológico, foram as tônicas do 12º Encontro Intereclesial das CEBs, realizado entre os dias 21 e 25 de Julho de 2009. Os mais de 5 mil participantes puderam ver, discutir e ouvir que as Comunidades Eclesiais de Base (CEBs) devem ser não um novo jeito de ser Igreja, mas o jeito normal de ser Igreja, como proferiu Dom Moacyr Grechi, arcebispo de Porto Velho, na abertura do evento.

Durante cinco dias, os atuais problemas ecológicos permearam todas as discussões, celebrações, visitas às comunidades e caminhadas. Com o lema “Do ventre da terra, o grito que vem da Amazônia” e o tema “Ecologia e Missão”, os delegados, assessores e convidados puderam debater os problemas enfrentados pelos povos da floresta e as formas de fortalecer uma Igreja que se preocupa com esses povos e com a própria ecologia.

Nas análises de Dom Moacyr, um pensamento era repetido como um mantra: “Gente simples, fazendo coisas pequenas, em lugares sem importância, conseguem mudanças extraordinárias”. A frase representa um pouco do que significam as Comunidades Eclesiais de Base (ou, segundo sugestão de Leonardo Boff, Comunidades Ecológicas de Base). Pessoas consideradas sem importância pelo modelo atual de sociedade e economia, fazendo um trabalho em

seus bairros, com sua gente e seus costumes, conseguem grandes mudanças, que são formas saudáveis de se salvar este planeta, já bastante castigado por muitos seres humanos.

Para o teólogo Benedito Ferraro o grande papel das CEBs nesses mais de 40 anos de existência é mostrar uma Igreja com forte compromisso social na busca pela libertação em todos os sentidos: econômico, ecológico, cultural, entre outros pontos”.

Aprender com indígenas e quilombolas

O 12º Intereclesial teve forte presença indígena. Cerca de 40 povos estiveram no encontro, participando dos debates e das celebrações. Durante a abertura, os vários povos da floresta, indígenas, ribeirinhos, seringueiros, pescadores e quilombolas se fizeram presentes com símbolos e músicas.

Flávio Tupinambá, da Aldeia Tupã, no Rio Tapajós, Pará, resumiu o significado da presença indígena no encontro. “Nós somos gente! Sempre fomos perseguidos por causa de nossas terras, mas agora estamos aqui para dar o nosso testemunho de força e buscar uma solução com nosso Deus tupã, que também nos dá força!”.

A líder indígena e educadora Eva Kanoé destacou o Intereclesial como um espaço para se ampliar a voz dos povos indígenas. “Queremos dizer ao mundo que estamos juntos – povos indígenas, ribeirinhos, pescadores, seringueiros, camponeses – na construção de um novo mundo possível”. Sobre a atuação das CEBs, Eva Kanoé enfatizou a importância desse modelo, pois é uma igreja que respeita a cultura e a religião dos povos indígenas, em suas crenças e seus rituais. Além disso, afirmou que “a igreja organizada em comunidades de base se importa com a autonomia dos

povos indígenas, apóia suas lutas e se importa com sua causa, seus direitos e necessidades”.

Para Dom Roque Paloschi, bispo de Roraima, as CEBs têm muito a aprender com os povos tradicionais, ribeirinhos, indígenas, quilombolas. “Essas são comunidades onde todos são chamados a participar da mesa, são comunidades que não excluem as crianças, os idosos. São as comunidades fraternas sonhadas por Deus”, afirmou. Irmã Antônia Mendes, assessora nacional da Conferência dos Religiosos do Brasil (CRB) concorda com a análise de Dom Roque: “Eu sou uma quilombola, seringueira e ribeirinha e sei muito bem que as nossas relações com a terra não são de destruição”.

Um novo modelo de desenvolvimento

Nos debates do Intereclesial, uma das questões mais recorrentes foi a necessidade de um modelo sustentável de desenvolvimento. Em oposição ao atual modelo de desenvolvimento, que é degradante e mortal, Ir. Antônia destacou

as experiências dos quilombolas e suas formas de economia. “Os modelos de economia dos povos indígenas e dos quilombolas nunca foram levados em consideração por causa do atual modelo em que vivemos! Mas os exemplos desses povos são alternativos e corretos, que respeitam a vida”.

Irmã Antônia também lembrou a questão dos grandes projetos na Amazônia, em especial as hidrelétricas, que ameaçam a sobrevivência da população da região, com a justificativa de estarem desenvolvendo o país. Para ela, as hidrelétricas de Jirau e Santo Antônio, por exemplo, não matam apenas o rio Madeira. Matam o rio, a história e os povos que ali vivem. “Muitos acreditam que nem existem quilombolas aqui. Mas estamos aqui, resistindo no silêncio. Resistindo como os povos indígenas e os seringueiros resistem e não vamos parar de lutar”, completou.

A Senadora Marina Silva (PT/AC) também esteve presente no 12º Intereclesial e falou sobre sua atuação como ministra do Meio Ambiente e sobre modelos de desenvolvimento. Na ava-

Fotos: Maíra Heinen/Arquivo Cimi





Boff: CEBs devem ser comunidades ecológicas de base

As comunidades eclesiais de base devem lutar não mais por um novo mundo possível, mas por um novo mundo necessário. A afirmação é do teólogo Leonardo Boff, que participou do 12º Intereclesial, em Porto velho. Segundo ele, o tema do encontro representa o clamor da Amazônia e de todo o planeta.

Para Boff, a escolha da ecologia como tema significa um alargamento da consciência das pessoas. “A escolha da Amazônia como local do encontro trouxe a realidade das devastações aqui existentes, das grandes hidrelétricas, da morte de povos originários. Tudo isso leva as pessoas a pensarem e buscarem soluções. Daí vem a importância dessas comunidades: começar lá embaixo, aos poucos, na base da sociedade para que haja transformação.”

Boff ressaltou a importância das comunidades indígenas no contexto atual. “Os analistas que estudam a lógica da natureza são unânimes em dizer que nós só salvamos o planeta, a Amazônia, o Cerrado, se conseguirmos salvar esses povos originários”.

Ele enfatizou também a busca de uma nova sociedade, com um sistema diferente e que as comunidades de base têm papel importante para uma visão ecológica. “As comunidades eclesiais de base devem ser comunidades ecológicas de base, dando o exemplo e construindo o novo mundo necessário, porque o mundo como está hoje não agüenta, está se esgotando. Se ainda quisermos que nossos filhos vivam nesse nosso planeta, precisamos mudar e seguir os exemplos dos povos originários”. ■

Testemunhos e homenagem a Gunter Kroemer

A tarde do penúltimo dia do encontro foi marcada por uma homenagem dos indígenas a Gunter Kroemer – missionário do Cimi falecido dia 15 de julho - e pelos fortes testemunhos proféticos de Dom José Maria Pires (apelidado carinhosamente de Dom Zumbi), da senadora Marina Silva e de Dom Pedro Casaldáliga, que enviou um vídeo de São Félix do Araguaia, gravado especialmente para o 12º Intereclesial.

Dom Zumbi falou da sua luta pela causa negra, fazendo um histórico das lutas quilombolas, desde a época da escravidão e como con-

tinuam ainda hoje. O testemunho enfatizou a resistência dos negros, abordou a passividade da Igreja da época diante da escravidão e a forte discriminação que ainda hoje os negros sofrem.

Dom Pedro Casaldáliga afirmou que as comunidades de base são Igreja em movimento e ecumenismo. “Devemos acreditar num Deus que dialoga”, completou. Também destacou a importância da mulher na Igreja e falou da oração e da ação das comunidades em ações políticas. “Não permitamos que nos impeçam de participar ativamente da política”. ■

Representantes de 40 povos indígenas participaram do Intereclesial mostrando, em manifestações, rituais e debates, sua maneira de conviver com o meio ambiente

liação da senadora, é preciso pensar em como desenvolver protegendo e como proteger desenvolvendo, aprendendo a respeitar e enxergar a terra como parte do povo. “Pego como exemplo os indígenas de Roraima em Raposa Serra do Sol: plantar arroz se planta em qualquer lugar, mas a cultura dos povos daquela região, que acreditam na criação do mundo a partir do Monte Roraima, não pode existir em outro lugar; é impossível”, completou.

Marina Silva também criticou alguns projetos que tramitam no Congresso Nacional visando flexibilizar a legislação ambiental e reafirmou seu descontentamento com a aprovação da Medida Provisória 458, que regulariza a grilagem de terra na Amazônia. Ela também falou sobre as dificuldades de se aprovar o Estatuto dos Povos indígenas, cuja tramitação está parada há 15 anos. Sobre a Proposta de Emenda Constitucional 38, que pretende transferir a demarcação de terras indígenas para o Senado Federal, Marina ressaltou: “Com todo o respeito que tenho pela instituição (Senado), eu acredito que se aprova-

do esse projeto dificilmente alguma terra indígena seria demarcada nesse país!” E completou. “Não faz parte das funções do Legislativo demarcar terra indígena, mas sim das funções do Executivo”.

Igreja Viva

Os participantes do Intereclesial realizaram duas grandes caminhadas para mostrar seu clamor por mudanças. A Caminhada dos Mártires lembrou as pessoas que morreram pelas causas indígenas, camponesas, ribeirinhas e ambientais. A Caminhada terminou com uma grande celebração na beira do rio Madeira, já bastante modificado pela construção de mais uma barragem. Durante a celebração, o som dos cânticos do povo se misturava com os fortes estrondos das dinamites que explodiam as pedras no rio Madeira, mudando o curso do rio.

A caminhada final passou pelas ruas de Porto Velho. As pessoas, seus cantos, suas histórias mostraram uma Igreja viva, que não fica parada, mas sim, anda com o povo e assume suas causas. ■



Justiça determina desintrusão da terra indígena Awá-Guajá

Avanço de madeireiros e outros invasores na área mal fiscalizada ameaça sobrevivência do povo

Rosana Diniz
Cimi Maranhão

Mais de duas décadas depois de ter sua terra identificada, o povo nômade Awá-Guajá deve conseguir que a área de 116.582 hectares, próxima do município de Zé Doca seja exclusivamente deles. No dia 30 de junho, o juiz José Carlos Madeira, da 5ª Vara Federal, em São Luís, decidiu que os ocupantes não indígenas devem ser retirados da terra Awá-Guajá num prazo seis meses. A sentença era muito aguardada por todos que lutam em prol do povo Awá Guajá, principalmente pela situação de vulnerabilidade, tanto dos que estão em contato, quanto dos isolados ou autônomos em seus territórios.

A terra Awá-Guajá foi identificada em 1985. No decorrer desses 24 anos, foram subtraídos, no processo administrativo, mais de 114 mil hectares do território tradicional. Houve roubo dos recursos naturais; extermínio e expulsão de grupos isolados; e esbulho de áreas essenciais para a vida e a cultura do povo, como as situadas nas cabeceiras de rios e igarapés. Para o Cimi-MA o direito do povo Awá-Guajá à

posse e ao usufruto exclusivo das terras que tradicionalmente ocupam não se encerra com essa decisão.

Condições atuais do território

Desde a década de 1970, a região onde vivem os Awá-Guajá tem sido invadida, gerando violência e injustiça social. Como consequência, há o extermínio dos grupos Awá-Guajá isolados e a apropriação de suas terras, trabalho escravo, desmatamento, milícias armadas, e diversos tipos de tráfico. Os crimes são cometidos por grupos com poder econômico ou influência política na região — tudo, sob o conhecimento do Estado brasileiro.

Da região oeste à terra, partem as frentes invasoras comandadas por paraenses, rasgando a floresta e abrindo estradas clandestinas. Pela região leste, partem as frentes de posseiros, fazendeiros, madeireiras. Pouco foi feito para ordenar social e geograficamente a região, mesmo com os vultosos recursos recebidos: cerca de 900 milhões de dólares do Banco Mundial e da Comunidade Européia para a implantação do Projeto Carajás.

Mesmo com o reconhecimento da terra indígena, não há sinais de que as



Foto: Humberto Capucci/Arquivo Cimi

ameaças cessarão ou de que o Estado impedirá as agressões aos povos. Ao contrário, os invasores avançam sobre as terras Caru, Alto Turiaçu, Awá e sobre o que ainda resta da Reserva Biológica do Gurupi. Esses grupos criminosos penetram nas terras, saqueiam os recursos naturais e aliciam indígenas, criando conflitos entre as comunidades e os povos, em nome do comércio da madeira.

Está anunciado o extermínio de uma região impregnada com a vida e com a diversidade dos povos indígenas, fauna e flora, por meio das carvoarias, pastagens, roubo da madeira e abertura de mais estradas clandestinas. Tudo regado a sangue e morte.

Mosaico

Dessa forma, o território tradicional Awá-Guajá foi reduzido a um corredor; um meio de passagem que dá acesso a outros locais. Porém, nem esse corredor foi poupado pela degradação ambiental, sendo um acesso seguro aos outros locais. Aos Awá, enquanto não cessarem

esses riscos, só resta o encurralamento em determinados locais desse corredor, que foi costurado sobre uma colcha de interesses antagônicos. São empreendimentos agropecuários, frentes camponesas, madeireiras, carvoarias, estradas clandestinas, grileiros e demais interessados nas terras indígenas e em posses concedidas em áreas federais e na própria Reserva Biológica do Gurupi, que abriga alguns indígenas isolados.

Breve histórico do processo de demarcação da terra

1835: A presença dos Awá-Guajá entre os rios Pindaré, Gurupi e Turiaçu é comprovada por Relatórios Oficiais da Província do Maranhão.

1985: Criado o Grupo Técnico (GT) para identificação da área.

1988: Publicada Portaria Ministerial n. 76 que declarou 147,5 mil hectares como de posse permanente dos indígenas. Segundo a Funai, o restante do

Ação dos madeireiros na terra dos Awá-Guajá destrói fauna, flora e rios. O povo — de pouco contato — precisa dos recursos naturais para sobreviver física e culturalmente



Fotos: Pietro e Valéria/Arquivo Cimi



Quem são os Awá Guajá?

A população Awá-Guajá é de aproximadamente 350 a 400 pessoas, incluindo os grupos que vivem sem nenhum contato com indígenas e não-indígenas. Está distribuída nas Terras Caru, Alto Turiaçu e Araribóia, no oeste maranhense.

O povo Awá-Guajá é uma sociedade de caçadores e coletores nômades que

vive exclusivamente da floresta e dela depende para continuar a existir e praticar suas atividades. Sem a floresta, seu modo de vida torna-se impossível, comprometendo a sobrevivência do povo.

Eles plantavam também alguns produtos, mas de forma pouco sistemática

e durante um certo período do ano. Apesar dos deslocamentos contínuos, possuíam um território bastante definido. Esses grupos familiares deslocam-se conforme a necessidade de caça ou coleta. Devido o nomadismo, não construíam aldeias permanentes. Quando se deslocavam, suas cabanas eram

feitas apenas com folhas de palmeiras fincadas ao chão.

Esse modo de vida ainda é atualmente praticado pelos Awá-Guajá contatados, apresentando alguma variação de acordo com o tempo de contato, a região onde foram aldeados e as relações inter-étnicas com outros

território, que deveria totalizar 232 mil hectares, ficou incluído na Reserva Biológica do Gurupi. Foi firmado um acordo entre os órgãos gestores sobre o limite das duas áreas (Reserva Biológica e a TI Awá) e se garantiu a permanência dos Awá-Guajá na Reserva enquanto permanecessem nômades.

1991: Novo GT excluiu parte do limite da terra Awá à noroeste, alegando grande invasão e degradação ambiental, apesar da Funai ter emitido certidão negativa aos pretensos proprietários na parte excluída. Optou também por manter o limite sul confrontante com a Reserva Biológica, apesar da existência de índios isolados no seu interior.

1991: Portaria Interministerial nº 158 revogou a Portaria nº 76, declarando como posse permanente indígena apenas 65.700 hectares. Esse primeiro recuo resultou em 85 mil hectares a menos do território tradicional. Houve uma intensa reação da sociedade civil e do Ministério Público Federal (MPF) pela manutenção da Portaria nº 76.

1998: Foi criada a Reserva Biológica do Gurupi com 341.650 hectares, sendo o Decreto anterior revogado.

2002: Finalmente o processo demarcatório foi concluído. A Agropecuária Alto Turiaçu, do Grupo Shain-Cury, que se instalou na região em 1985, tornou-se a principal proponente de ações judiciais contra a demarcação de uma terra para o povo Awá-Guajá. A empresa dominava a parte norte da terra Awá, no limite com a terra Alto Turiaçu, mas não obteve meios legais de manter a propriedade de 37.980 hectares situados na terra.

2005: A terra foi homologada pelo presidente Lula com 116.582 hectares.



indígenas. Há ainda os grupos isolados ou grupos autônomos nômades que permanecem vivendo um nomadismo fragmentado pela impossibilidade de se deslocarem livremente aos seus locais de caça e coleta e de manterem relações com outros grupos. ■

O Povo Krenyê: uma história de êxodo e resistência

Povo Krenyê realiza primeira Assembléia na busca por reconhecimento de sua existência e reafirma a necessidade de ter o seu território

Rosimeire Diniz
Cimi Regional Maranhão

O povo Krenyê realizou sua primeira assembléia entre os dias 12 e 14 de junho, na Aldeia Pedra Branca, terra indígena Rodeador, a 30 Km de Barra do Corda, Maranhão. Foi um passo importante, em que todos puderam falar abertamente de sua história de êxodo e resistência. Participaram do encontro os Krenyê que habitam a terra indígena Pindaré, acompanhados de alguns Tenetehara/Guajajara da mesma terra. Também estiveram presentes representantes dos povos Krepum Katejê, Krikati, Canela Apañiekrá e Tenetehara/Guajajara que habitam na terra Rodeador. Como convidados não indígenas participaram o Cimi Regional Maranhão, a Fundação Nacional do Índio (Funai) - São Luís, a Fundação Nacional de Saúde (Funasa) - Maranhão, dois representantes do Conselho Estadual da Criança e do Adolescente e militantes da Matraca - Agência de notícias da Infância e do Movimento Negro.

Durante os dias de encontro, os Krenyê fizeram a memória de sua história. Lembraram de quando tiveram que abandonar sua terra tradicional, pois as frentes pastorais avançaram sobre ela e por conta de uma epidemia de sarampo que quase dizimou o povo. Cada homem e mulher Krenyê pôde contar como foram esses anos de vida em outras terras, junto com outros povos indígenas ou mesmo nas periferias das cidades. Perambulando por terras alheias, viajando para São Paulo em busca de dias melhores, os Krenyê disseram que se sentiam vivendo à sombra de outros povos, escondidos atrás de uma árvore e hoje saíram detrás dessa árvore para lutar por seus direitos.

Foram fortes os depoimentos dos mais velhos dizendo que se sentem sufocados onde estão morando, pois de um lado da terra fica um assentamento rural e nos outros lados estão as seis aldeias do Povo Tenetehara/Guajajara. Portanto, a terra não oferece condições para a sobrevivência do grupo. Disseram que querem voltar para a sua terra para proporcionar uma vida mais tranquila para seus filhos e netos.

Depois de relembrar esse histórico de sofrimento, luta e resistência, o povo Krenyê começou a traçar os passos para um futuro melhor. Eles reafirmaram a luta pelo seu reconhecimento étnico e, principalmente, a luta pela reconquista do seu território



Santa Inês. E assim começou o êxodo do povo.

Alguns tiveram dificuldades de se acostumar com o novo local de moradia e começaram a migrar para outras terras indígenas, como a Alto Turiaçu, do povo Ka'apor e Awá, a Governador, do povo Gavião/Pukobyê, a Krikati, do

povo Krikati. Outros Krenyê migraram para as periferias de Barra do Corda, Pindaré e São Paulo. Atualmente a população do povo Krenyê é estimada em 150 pessoas, sendo que 76 moram na aldeia Pedra Branca e os demais continuam vivendo em outras terras indígenas ou em periferias de cidades.

Em 2003 começou um processo de reorganização do povo quando o grupo que morava na periferia de Barra do Corda foi para Brasília e conseguiu uma pequena área dentro da terra indígena Rodeador, onde construíram a aldeia Pedra Branca.

Nos últimos seis anos, o povo tem buscado reconstruir sua identidade enquanto povo indígena, enfrentando as adversidades de anos de dispersão. Contam com a contribuição dos mais velhos que ainda falam a língua e aos poucos estão revitalizando elementos importantes de sua cultura. Todo esse processo de revitalização cultural é alimentado pelo sonho de retornarem para a terra tradicional. Enviaram à Funai pedido de criação de um Grupo Técnico para fazer a identificação da área, mas ainda não obtiveram resposta. ■

No encontro, os mais velhos lembraram de quando foram expulsos da terra tradicional e falaram da vida confinada entre periferias de cidades e terras de outros povos

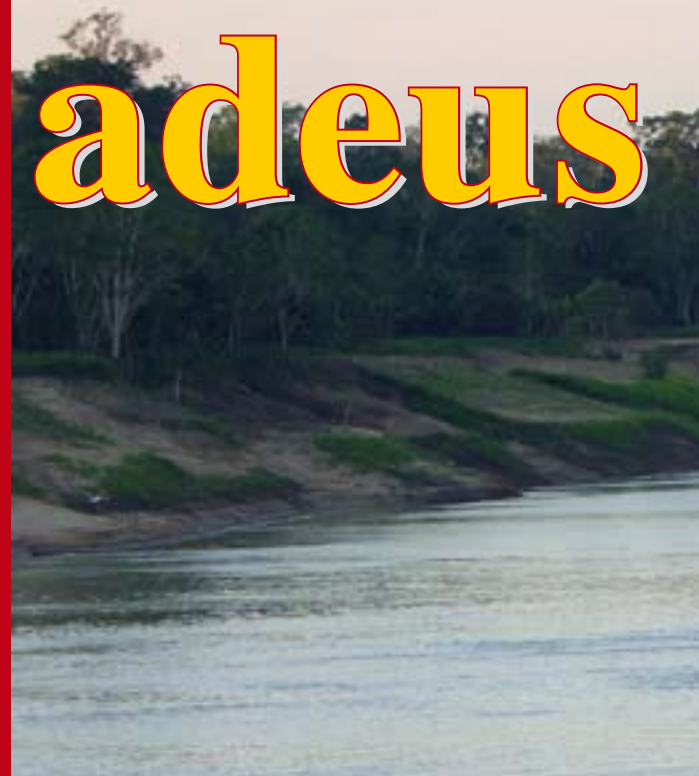
Homenagem

Cuxiuara, adeus

O missionário Gunter Kroemer faleceu no dia 15 de julho após dedicar mais de 30 anos de sua vida à defesa dos povos indígenas e da floresta amazônica.

Nesse momento de despedida, a dedicação à Missão, as viagens, o carinho com todos no cotidiano são lembrados em registros da família e dos companheiros que atuaram por anos com Gunter. A importância de seu trabalho também foi ressaltada nas diversas cartas de pesar recebidas pelo Cimi. Aos que ficam, resta o compromisso de seguir lutando em defesa dos povos indígenas sem contato, a causa à qual Gunter se dedicou até seus últimos dias.

No dia 13 de junho, Gunter Kroemer teve uma crise aguda de tosse que foi diagnosticada com um início de pneumonia. Uma semana depois o quadro se agravou e ele foi internado em Lajeado, Rio Grande do Sul, onde estava desde o início de junho. Os exames realizados foram inconclusos. Os médicos suspeitavam de uma doença do interstício pulmonar, sem causa definida. Essa doença pode ser provocada por fatores internos ou externos ao organismo, como fungos, penas e outros elementos. Sem possibilidade de uma medicação específica, ele faleceu no dia 15 de julho.



Nas fotos: Gunter com os Juma (década de 1970); na terra dos Zuruahá, onde viveu por anos; e em sua última viagem para identificar presença de índios sem contato na Amazônia (maio de 2009)

Entre a Amazônia e o Sul

Por Teresinha Weber

A dor da partida do Gunter é muito grande... As lembranças estão presentes em nossa casa, nas fotos, nos seus diários, na Comunidade onde celebrava quando vinha nos visitar. Éramos (e somos) sua família, porto para abastecer energias, como ele dizia, partilhar a alegria das viagens dos levantamentos e alimentar conosco o sonho de um mundo melhor possível.

Mas a dor não é só nossa... Gunter não nos pertencia, não vivia com amarras. Era o amigo e companheiro de tantos missionários do Cimi. Era o irmão e tio missionário. Tão querido e admirado além-mar. Era uma luz de esperança para os povos indígenas, principalmente os mais ameaçados. O choro é de todos nós...

Porém as lembranças devem nos trazer a certeza e a vontade de sermos melhores a cada dia, de não nos acomodarmos nunca. Gunter viveu com intensidade e alegria a sua Missão. Nos últimos meses realizou duas viagens, mais demoradas que nas outras vezes. Parecia que tinha que aproveitar ao máximo o tempo que lhe restava para o trabalho do levantamento. Dizia para mim: "Tenho que aproveitar que temos água no Ituxi para subir bem ao alto dos igarapés..."

Quando chegou estava feliz e me falava com saudades dos tempos que trabalhávamos juntos nos Suruahá (ele, Chico e eu). "Como era bom viajar de canoa, acampar à noite, pescar um peixe, cozinhar e comer... De certa forma revivi tudo isso na viagem pelo Ituxi. Como era bom chegar nas aldeias, aprender a língua, conviver com os índios...". Olhando as fotos que trazia dessa última viagem dizia: "Como é linda e exuberante a natureza na Amazônia!"

Quando vinha a Lajeado (RS) sempre dava um jeito de visitar os Kaingang que

moram aqui perto e participava de diversas atividades. Dia 4 de junho, falou sobre os povos indígenas e agressões ao meio ambiente na Amazônia (grandes projetos e grilagem de terras) no Fórum da Não-Violência em Santa Cruz do Sul (RS). Dia 9 de junho, participou da reunião da Articulação Diocesana de Comunidades Eclesiais de Base (CEBs), sobre a preparação do 12º Intereclesial e do Grito dos Povos Indígena. Dia 11, em entrevista à rádio local, destacou a urgência de medidas para proteção dos povos em situação de risco e isolamento. Sua última participação num evento público ocorreu dia 17 de junho, na Igreja de São Cristóvão. Já em tratamento por suspeita de pneumonia, falou para cerca de 50 crianças da Catequese sobre a riqueza das culturas indígenas, sobretudo o sentido religioso que perpassa toda a vida deles. Um mês depois, foi velado na mesma igreja.

Nestes mais de 30 anos de caminhada com os povos indígenas, Gunter sempre escrevia em seu diário. Quando foi internado pediu permissão para levar o diário. Só que não pode mais. Dizia, em meio aos acessos de tosse: "Quando eu sair daqui quero fazer uma reflexão (e escrever) sobre o mundo de doença, hospital... Será que há um mundo melhor, possível, para quem está aqui, doente?"

Sabemos que agora ele está mais perto da gente, nos protegendo e estimulando para o compromisso com os indígenas ameaçados. Gunter lutou tanto por um mundo melhor para todos, principalmente para os povos indígenas. Nos trazia tanto carinho e alegria nas suas visitas, mas também fazia a sua itinerância pela Amazônia, nos igarapés, superando cachoeiras, nas estradas abrindo porteiras, com determinação, coragem e Fé. Levando-nos no seu coração. ■

Foto: Equipe Lábrea/Arquivo Cimi



"Perdemos um lutador incansável que dedicou décadas de sua vida à defesa e reconhecimento dos direitos dos povos indígenas (...) O Pe. Gunter com toda simplicidade soube associar em sua caminhada ação prática em campo e estudos antropológicos, voltados principalmente para a defesa de populações indígenas ainda isoladas."

Secoya – Serviço e Cooperação com o Povo Yanomami

"Acreditamos que o seu testemunho, a sua humanidade, competência e dedicação incansável em favor dos direitos dos povos indígenas são um patrimônio que não será tirado nunca."

Associação Carlo Ubbiali e Combonianos Nordeste

"É uma lástima, porque pelas reações por todas as partes nota-se que foi uma pessoa impressionante, dedicada ao seu trabalho e querido por muita gente, tanto aí no Brasil, como em sua pátria na Alemanha, como aqui na Áustria."

DKA – Áustria

Memória de vida

Por Guenter Francisco Loebens
Cimi Norte 1

Gunter Kroemer nasceu no dia 10 de dezembro de 1939 numa região da Alemanha, hoje pertencente à Polônia. Teve uma infância difícil em meio à 2ª Guerra Mundial. Fez seus estudos de filosofia em Viena na Áustria onde iniciou também a Teologia, que concluiu no Nordeste do Brasil, na época de Dom Helder Câmara. Sua vocação missionária o trouxe para o Brasil no final da década de 1960, sendo ordenado padre diocesano por Dom Alonso da então Prelazia de Diamantino no Mato Grosso, onde exerceu os primeiros anos de seu ministério junto a migrantes e indígenas.

Em 1980, integrando uma equipe do Cimi, Opan (Operação Anchieta) e Prelazia de Lábrea (Amazonas) participou do primeiro contato com o povo Suruwahá, assegurando a integridade física e cultural desse povo e conquistando a demarcação de suas terras. Com a convivência diária aprendeu a língua do povo e mediante a prática do diálogo intercultural e inter-religioso compartilhou sua experiência de fé cristã com a vivência religiosa daquele povo indígena.

“Passei desde fevereiro dias e dias, noites e noites na floresta, fazendo expedições, por baixo do encanto da lua, acampando, pescando, caçando para os alimentos, vivendo feliz, acreditando na vida dos últimos refugiados isolados, expulsos de suas terras, fugindo do PAC, perseguidos pelo modelo econômico de produzir... os povos indígenas isolados, que vivem em situação de risco e extermínio. E eu tento juntar informações para lhes garantir os direitos à sobrevivência, ao território (que já é dos fazendeiros)... A floresta me fascina, a gente é um ser tão pequeno diante da grandeza da mata amazônica, mas tão grande para a inspiração misteriosa de que o convívio com ela faz brotar novas relações...”

Gunter, sobre suas últimas viagens entre fevereiro e maio de 2009



Foto: Arquivo pessoal



Foto: Equipe Lábrea/Arquivo Cimi



Foto: Arquivo pessoal

“Seus livros testemunham uma sensibilidade extraordinária com a fragilidade da vida indígena, uma coragem fora de série de se adaptar à vida na floresta, inclusive – como sabemos agora – a ousadia em enfrentar o universo desconhecido de fungos e mofos, uma paciência sem fim com a lentidão do processo da proteção e as contínuas adversidades, além dos contínuos deslocamentos.”

Eduardo Hoomanert – Teólogo e historiador

da de Gunter

Com a perspectiva do protagonismo indígena, contribuiu para a organização dos povos indígenas Jarawara, Apurinã, Paumari, Deni e Jamamadi do médio rio Purus, Amazonas. Apoiou suas lutas por políticas públicas específicas em respeito as suas culturas.

Nos últimos meses, estava colhendo dados sobre a existência dos mais de 60 grupos indígenas isolados da Amazônia, ameaçados pelo desmatamento, grilagem de terras e ação de pistoleiros. Trilhou estradas e subiu igarapés até os lugares mais distantes, buscando informações para denunciar a destruição provocada pelos grandes projetos que irresponsavelmente estão sendo retomados na Amazônia.

A Igreja Povo de Deus também pôde contar com a contribuição de Gunter. Ele assessorou o GIPRAB – Grupo Indígena de Padres e Religiosos da Amazônia Brasileira – na busca por uma igreja sempre mais inculturada. Sua assessoria, inclusive, era esperada no 12º Intereclesial.

Gunter fica assim na memória de todos nós que o conhecemos, pelos momentos intensos vividos com ele, por seu compromisso com a justiça e com o Evangelho da vida para a transformação da sociedade com a contribuição dos projetos de “bem viver” dos povos indígenas. ■

A Caminho

Por Egon Heck
Cimi MS

Enquanto se realizavam os rituais da despedida derradeira de Gunter busquei entrar em sintonia com a partida e chegada, em mais uma caminhada nas dimensões da vida. A melhor maneira de fazê-lo foi percorrer as pegadas registradas magistralmente, “A caminho das malocas Zuruahá”. Nesse livro, Gunter revela sua profunda perspicácia e sabedoria ao retratar a vida da gente e da natureza exuberante do rio Purus – o Cuxiuara – com sensibilidade de poeta.

Gunter aprendeu muito sobre a Amazônia em três décadas de andanças atentas, com as ferramentas que a antropologia, a filosofia e a teologia lhe propiciaram. Amou os Suruaha talvez como ninguém. Identificou-se com seu modo alegre e livre de ser, procurou entender sua cultura, cheia de desafios. A cada compreensão mais profunda de realidades desafiadoras, como o suicídio, ele se sentia mais disposto a contribuir com o presente e futuro daquele povo.

Tua última luta contra caminhos predatórios na Amazônia aconteceu dias antes de entrares em estado de sedação. Na Procuradoria Geral da República, em Brasília, deixas-

te o grito das graves consequências que o asfaltamento da BR 319 poderá trazer.

Teologia do carinho

Não era afeito a grandes debates teológicos. Tinha muito bem fundamentada teologicamente sua atitude missionária de respeito e diálogo com as religiões dos povos indígenas. A atitude de inculturação o levava a partilhar ao máximo possível a vida em diálogo respeitoso com a alteridade e valorização da cultura dos diversos povos. Fazia-o com disposição impressionante.

Essa atitude de respeito e diálogo também norteava sua convivência com os companheiros(as) de trabalho. Seu jeito alegre de conviver prevalecia aos raros momentos de teimosia e mau humor. Desenvolveu e cultivou a “teologia do carinho”.

Enfrentaste as intempéries tropicais, como as inúmeras malárias, os bandos de pium, carapanã, mutuca, mucuin e outros insetos. Venceste picadas de cobra, arraia, mordida de escorpião e acidente de carro. Venceste a hepatite, o tifo. Porém, a morte veio tão enigmaticamente a teu encontro.

Cuxiuara, adeus

O barco singra lentamente as centenas de voltas e estirões do Purus, Tapauá,

Cuniuá, Pretão e outros tantos rios da bacia do rio Purus. A bordo, a saudade e a lembrança. Desde a juventude e disposição daquela primeira viagem em 1978, até a derradeira viagem em maio de 2009, transcorreram três décadas de incontáveis viagens de barco – em especial com o Cuxiuara – de canoa, a pé; nos varadouros e picadas, enfrentando banzeiros e calmarias, furos e paranás. Tere, Chico, Astor, Cacilda... A viagem continua... O melhor jeito de dizer adeus é continuar a missão de lutar pela vida e direitos dos povos indígenas. É o que certamente faremos, enquanto Prelazia de Lábrea, Cimi, Opan...

Essa pequena homenagem ao companheiro Gunter, quero oferecer àqueles que partilharam mais diretamente da vida dele. De maneira especial, a família querida, com quem dividia as alegrias, esperanças e dores – Tere, Aninha e Mateus. Quando encontrei com ele em fevereiro, em Manaus, ele me disse com muito orgulho e brilho no olhar: “Como é bom, a gente, quanto volta cansado dessas inúmeras viagens nos rios e florestas, ter uma família para ancorar e refazer as energias...”

Gunter segue seu caminho, conosco ficará para sempre a bela lembrança de seu testemunho. ■

Mês de julho é marcado por protestos contra o descaso na saúde indígena

Povos do Amazonas, de Rondônia, Roraima e Mato Grosso protestaram contra precário atendimento da Funasa

Durante o mês de julho, povos indígenas de diversos estados do país mostraram sua insatisfação com o precário atendimento à saúde indígena prestado pela Fundação Nacional de Saúde (Funasa). Ocupando as sedes da Funasa, em atos nas ruas e nos encontros que realizam, os indígenas mostram que não estão satisfeitos.

Rondônia

Durante a VIII Assembléia dos Povos Indígenas da Região de Guajará Mirim e Nova Mamoré, realizada dos dias 15 a 18 de junho, a saúde foi considerada a questão mais grave na região. A área concentra o maior número de indígenas do estado de Rondônia (mais de cinco mil pessoas) e sofre pelo descaso dos órgãos competentes, principalmente em relação à saúde. Com aldeias distantes mais de 300km das cidades, o acesso às comunidades fluviais é uma das maiores dificuldades para o atendimento à saúde na região.

Milton Oro Nao ressaltou que a saúde está precária em todas as comunidades. “A questão da saúde está muito ruim. Não há transporte, por exemplo, fazendo com que muitas pessoas morram nas aldeias sem atendimento”, ressalta. Segundo Milton, é preciso que os recursos da saúde cheguem às aldeias de Guajará Mirim. “A nossa maior reivindicação é que seja criado um distrito de saúde indígena em Guajará Mirim. Os nossos recursos vão sempre para a capital, Porto Velho, e muitas vezes não chegam aqui”, afirma. Milton acredita que com o distrito de saúde em Guajará Mirim, haveria mais transparência em relação a esses recursos.

Outros pontos que contribuem para o mau atendimento da saúde na região são: falta de formação e contratação para os Agentes Indígenas de Saúde (AIS); falta de meios de comunicação; falta de medicamentos; falta de médicos (só existe um médico contratado por 20h semanais para atender toda a população indígena, porém há recursos para a contratação de dois médicos por 40h de atendimento semanal cada um).

No Amazonas

Em Manaus, mais de 500 indígenas de 13 diferentes povos de várias regiões do Amazonas acamparam entre 14 e 26 de junho na sede da Funasa em pro-



Foto: Gil de Calhau/Arquivo Cimi

testo contra o descaso com a saúde indígena. Segundo as lideranças, os indígenas adoecem e morrem sem atendimento no estado. Faltam medicamentos, combustível para transporte de doentes e profissionais, entre inúmeras deficiências.

Em Barcelos, a 360 Km de Manaus, mais de 350 indígenas estiveram reunidos entre 1 e 3 de julho para a I Mobilização Geral dos Povos Indígenas do Médio e Baixo Rio Negro, promovida pela Associação Indígena de Barcelos (Asiba). Estiveram presentes os representantes de 25 povos e 26 comunidades, entre eles Tukano, Tariano e Tuyuca.

Os participantes buscavam reconhecimento junto ao poder público para resolver vários problemas nas áreas de saúde, educação, além da demarcação de suas terras. Segundo os indígenas, a saúde na região está péssima. “Não funciona nada aqui. Não há um lugar específico que trate da saúde indígena aqui. Não há remédios e não há prestação de contas do dinheiro direcionado à saúde que vem para nós”, revela Maria Aparecida Duque, liderança Tukano. Maria afirma que os indígenas também não podem culpar os agentes de saúde, porque eles também não têm condições de trabalhar ali.

Em Roraima

No dia 2 de julho, lideranças indígenas de Roraima protestaram em frente à sede da Funasa contra a parceria que a Fundação busca firmar com o governo do estado. De acordo com Júlio Maku-xi, coordenador do Conselho Indígena de Roraima (CIR), a saúde indígena em



Foto: J. Rosha/Arquivo Cimi

tudo o país está um caos e em Roraima não é diferente. “Não queremos que este convênio seja firmado, porque o estado de Roraima já tem um histórico de discriminação contra os povos indígenas, o que ficou bem claro durante nossa luta por Raposa Serra do Sol”, afirmou.

De acordo com o líder, o governo do estado não tem habilidade para lidar com povos indígenas e este é um acordo político. “O que nós queremos é que os DSEIs [Distritos Sanitários Especiais Indígenas] tenham autonomia. Não queremos trabalho terceirizado. Não houve nenhuma conversa com os indígenas sobre se queríamos este tipo de convênio”, disse. Júlio falou sobre o grave quadro de saúde na região, com muitos casos de malária e pessoas morrendo sem atendimento. “A nossa sorte é que temos ainda agentes de

saúde voluntários para nos ajudar, e é isso que ainda salva algumas pessoas”, conta. Os indígenas já entraram com uma representação no Ministério Público Federal para que o convênio não seja firmado.

No Mato Grosso

Também entre 14 e 26 de junho, cerca de 40 lideranças indígenas Karajá ocuparam o DSEI em São Félix do Araguaia. No dia 23 de junho eles iniciaram protesto para que a Funasa mantenha as associações indígenas prestando os serviços de saúde no local. Segundo eles, a Funasa abriu licitação em todo o país para que seja escolhida outra instituição que realize este trabalho.

Os indígenas esperavam uma conversa com os coordenadores da Funasa, o que não aconteceu. Segundo João Werreria Karajá, uma das lideranças Karajá, desde 2003, as próprias associações indígenas prestam o serviço, mas se a situação mudar, a saúde pode piorar na região. “Nós temos medo que aconteça como outra vez, que um outro órgão foi contratado pela Funasa para os serviços de saúde, mas eles não nos atendiam e ficavam com o dinheiro que era repassado”, diz.

Decreto

Enquanto os indígenas protestam, a Funasa se fortalece. No VI Acampamento Terra Livre, os indígenas reafirmaram que preferem uma Secretaria Especial de Saúde Indígena como responsável pelo atendimento à saúde indígena. Porém, mesmo diante dos problemas que a Funasa vêm apresentando e que vêm sendo denunciados com mais ênfase desde 2008, o governo fortalece a Fundação, por exemplo, publicando um Decreto, no mês de junho, que aprova o “Estatuto e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções Gratificadas” da Funasa.

Com informações de J. Rosha (Norte 1), Regional MT e CIR-Saúde

Indígenas em Rondônia questionam mau uso do recurso para saúde. Abaixo, crianças do povo Pirahã, no Amazonas, um dos que mais sofre com a assistência precária

O marco dos 10 anos da Funasa

A precariedade e a má administração do Pólo-Base de Guajará-Mirim, Rondônia

Gil de Catheu

Equipe Cimi-Guajará-Mirim/RO

Há 10 anos, os indígenas e seus aliados festejaram a transferência da responsabilidade da saúde indígena da Fundação Nacional do Índio (Funai - Ministério da Justiça) para Fundação Nacional de Saúde (Funasa - Ministério da Saúde). Era uma conquista das lutas de mais de uma década e de duas Conferências Nacionais de Saúde Indígena. Os alicerces da construção do novo modelo de atenção diferenciada à saúde indígena foram: a aprovação da Lei n. 9836/99 (Lei Arouca), com a criação de um subsistema de atenção à saúde indígena dentro do Sistema Único de Saúde (SUS); a formação de 34 Distritos Sanitários Especiais Indígenas (DSEIs), com autonomia financeira e administrativa; e a criação dos Conselhos Locais e Distritais de Saúde para exercer o controle social.

Em 2000, ano de transição, houve melhora no atendimento. Depois disso, infelizmente, a assistência foi piorando a cada ano. Os principais motivos são: a terceirização, o autoritarismo da Funasa, a falta de transparência na aplicação dos recursos e a má administração destes, o desrespeito às decisões dos Conselhos e o seu enfraquecimento. A deficiência no atendimento da rede do SUS foi outro agravante.

O Pólo-Base de Guajará-Mirim no DSEI de Porto Velho, em Rondônia, é um exemplo do descaso. Os 5 mil indígenas dos 24 povos atendidos pelo Pólo são vítimas da precária assistência. Em pleno século XXI, os indígenas ainda morrem de malária, tuberculose, hepatite, verminoses e desidratação. As famílias ficam ainda mais indignadas quando a Funasa nega o diagnóstico e registra os óbitos como “parada cardiorrespiratória”. É difícil não responsabilizar o Dr. Josafá Marreiro Piahuy, coordenador regional da Funasa/RO, político “bem apadrinhado”, que, apesar de tanto descaso, segue no cargo.

Nos últimos cinco anos foram registrados no Pólo-Base de Guajará-Mirim 20 óbitos por falta de assistência, sendo a metade deles por falta de transporte ou de encaminhamento. Os conselheiros ficam desacreditados nas comunidades, porque em 10 anos a Funasa não aten-

deu as necessidades de transporte de emergência, de radiofonia nas aldeias, de postos de saúde, de saneamento básico, de contratação e formação de Agentes Indígenas de Saúde (AIS), de combate às endemias, de atendimento médico e odontológico adequado, entre outros pontos.

Por falta de transporte, já morreram crianças (duas em 2005 e duas em 2006) da terra Guaporé, distante de 300 km de Guajará-Mirim, e também da terra indígena Lage, distante apenas 36 km da cidade. Para as 10 aldeias de acesso terrestre há uma única condução para todas as demandas: de ações de saneamento básico a socorro de emergências.

Precariedade

A comunicação entre as aldeias e o Pólo-base também é precária. De 31 aldeias, apenas seis têm sistema de radiofonia. Celular ou orelhão existem em algumas aldeias, no entanto as Casas de Saúde Indígena (Casai) costumam recusar chamadas a cobrar. Mesmo as aldeias mais distantes, como a São Luiz (5 dias de viagem Guajará-Mirim), não possuem equipamentos de comunicação.

A Funasa já recebeu milhões de reais para gastar em saneamento básico, no entanto, cerca de 70% da população indígena bebe água não tratada. Muitas obras ficam inacabadas ou defeituosas, mas as construtoras recebem pelo serviço. Em algumas aldeias, indígenas cavaram poços, mas a Funasa não fornece materiais necessários para a obra.



A situação da Casai também é dramática: mato, lixo, poças de água de chuva ou de fossas transbordando e muitos mosquitos. Ela foi construída pela Funai em 1984 e nunca foi ampliada, sendo que, em 25 anos, a população indígena dobrou. Ela tem apenas 32 leitos e uma média de 100 a 160 hóspedes (entre doentes e acompanhantes). Por falta de camas e colchões, muitos pacientes, inclusive gestantes e idosos, deitam no piso de cimento. Gestantes e recém-nascidos dividem a mesma enfermaria com pacientes com doenças contagiosas. A superlotação também resulta de atrasos no tratamento médico. A Funasa alega que falta recurso para pagar exames, intervenções e remédios.

Os AIS que a Funasa chamou de “pilares” da saúde primária estão abandonados, sem cursos de formação, sem transporte para as emergências e muitas vezes sem meio de comunicação. Mais da metade das aldeias aguarda a construção de um posto de saúde. Há aldeias com 400 pessoas com apenas um AIS contratado e aldeias menores sem nenhum agente. O pedido das comunidades para contratar os AIS consta no Plano Distrital, mas foi negado pela Funasa. Houve apenas um curso nos últimos 5 anos; e a Funasa não esclarece

como foram usados os recursos aprovados para a formação dos AIS.

Os graves casos de hepatite

Cerca de 10% da população é portadora crônica do vírus da hepatite B e C. O mais preocupante, no entanto, é a falta de transparência nos inquéritos sorológicos e a morosidade da Funasa em realizar os encaminhamentos necessários. Nos últimos 14 meses, três pacientes portadores de hepatite B faleceram com cirrose e câncer do fígado – graves complicações da doença. Nenhum deles iniciou o tratamento e a doença foi diagnosticada tarde demais. Outro paciente iniciou o tratamento, mas aguardou por nove meses a compra do medicamento pela Funasa; para agravar, haviam se passado sete meses entre o resultado da biópsia e a indicação do medicamento.

A prevenção também é ineficiente, pois a Funasa não executa a vacinação dentro do período necessário para que os indígenas sejam imunizados. Os exames para diagnóstico nas mulheres grávidas de hepatite e outras doenças, como a toxoplasmose, deixaram de ser feitos. Algumas crianças já nasceram com seqüelas causadas pela toxoplasmose.

Transferências e encaminhamentos

As remoções para tratamentos em Porto Velho ou fora do estado, quando ocorrem, demoram meses ou anos. A justificativa dada pela Casai é a “falta de vagas” na rede do SUS, mas, de fato, a Funasa não disponibiliza recursos suficientes para viagens.

Uma criança com sérios problemas de rins aguardou mais de um ano na Casai e só viajou após intervenção do Ministério Público Federal (MPF). Em 2008, um paciente com leucemia aguda aguardava “uma vaga” em Barretos (SP). O médico alertou que ele só poderia esperar 10 dias. Após 18 dias, o paciente morreu. A família ficou indignada ao descobrir que a Funasa havia dado uma falsa justificativa para a demora: havia vaga em Barretos, eles apenas aguardavam o laudo médico para autorizar a transferência.

Diante das inúmeras denúncias, o MPF realizou, em 2007 e 2008, audiências públicas em Guajará-Mirim. Na última audiência, Francisco Marinho, chefe da Procuradoria Pública Federal em Rondônia, se comprometeu a mover uma Ação Civil Pública em todos os casos de óbito por falta de assistência. No entanto, após um ano, não temos conhecimento de qualquer ação contra a Funasa. Os povos indígenas e seus aliados aguardam providências urgentes do MPF.

Na 8ª assembléia dos povos da região de Guajará-Mirim, ocorrida de 15 a 18 de junho de 2009, os indígenas reivindicaram a mudança do Coordenador Regional da Funasa, uma auditoria na Funasa, além de soluções para as graves falhas no atendimento. A inoperância da Funasa diante das mortes anunciadas pode ser caracterizada como genocida. ■

Por falta de leitos, indígenas dormem no chão em CASAI em Guajará-Mirim



Lula diz que não vai impor hidrelétrica de Belo Monte, no rio Xingu, Pará

Indígenas, ribeirinhos e outros especialistas expõem ao presidente as falhas no projeto e os impactos que a obra pode causar

Marcy Picanço
Repórter

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva afirmou que o governo não irá impor “goela abaixo” a construção da hidrelétrica de Belo Monte, no rio Xingu, Pará. No dia 22 de julho, índios, ribeirinhos e outros especialistas no assunto expuseram ao presidente os graves impactos socioambientais que a construção de Belo Monte pode gerar e também apontaram a inviabilidade técnica da obra.

O presidente Lula reuniu, na mesma ocasião, os integrantes do governo responsáveis pela hidrelétrica de Belo Monte, como o presidente em exercício da Eletrobrás, Valter Cardea, e o presidente da Eletronorte, e uma comitiva que questiona a construção da barragem. Além dos representantes de comunidades ameaçadas pela obra participaram do encontro o bispo da Prelazia do Xingu e presidente do Cimi, Dom Erwin Kräutler; o professor do Instituto de Energia e Eletrotécnica da USP, Célio Bermann; e os Procuradores da República, do Ministério Público Federal – Pará, Felício Pontes e Rodrigo Costa e Silva.

O professor Bermann explicou ao presidente que a hidrelétrica de Belo Monte, cujo custo deve ultrapassar os 20

Foto: Ricardo Stuckert/Presidência da República



bilhões de reais, deve gerar uma média de apenas 4 mil KW de potência no ano e não cerca de 11 mil KW, como afirmam os interessados no empreendimento. Além disso, durante três meses por ano (no período da vazante), a energia gerada pode não chegar a 2 mil Kw. Os representantes da Eletrobrás e da Eletronorte presentes não contestaram a informação. Segundo Bermann, o presidente ficou impressionado com esses dados e pediu estudos mais aprofundados sobre o empreendimento.

“Acho que o presidente ficou sensibilizado com os dados técnicos apresentados e com os relatos sobre os impactos da obra para as comunidades ribeirinhas e indígenas”, avaliou Dom Erwin. Para o bispo, a reunião foi positiva. “Pela primeira vez nós conseguimos colocar nossa angústia e indignação para o presidente.

Também ficou claro para os responsáveis pela área de energia que nós nos preparamos muito bem, que entendemos do assunto”, completou Dom Erwin.

Segundo Dom Erwin, o presidente afirmou que acontecerão outras reuniões sobre o tema. Lula também lembrou que o país tem uma dívida com os atingidos pelas barragens já construídas.

José Carlos, do povo Arara, também saiu otimista da reunião. “Tivemos um avanço na questão de Belo Monte, pois o presidente se comprometeu a não enfiar a obra goela abaixo. Isso foi bom, pois na região, os que querem a barragem dizem que Belo Monte sai de qualquer jeito”, comentou. José Carlos acredita que, a partir de agora, os impactos apontados pelas comunidades serão melhor analisados. “Só consideram como impacto direto as terras que serão alagadas.

Na terra do meu povo, o rio vai secar e dizem que isso é impacto indireto”, contesta.

Licenciamento ambiental suspenso

A falta de dados sobre os impactos da hidrelétrica de Belo Monte nas terras indígenas da região do Xingu foi uma das falhas apontadas por técnicos do Ibama no Estudo de Impacto Ambiental (EIA) da obra. Apesar disso, o EIA foi aceito pelo Ibama. Em função disso, o Ministério Público Federal do Pará ajuizou uma ação contestando essa decisão e processando por improbidade administrativa o funcionário que aceitou o EIA. No início de junho, a justiça concedeu decisão liminar favorável à ação do MPF-PA e, desde então, o licenciamento está suspenso. ■

Hidrelétrica deve gerar três vezes menos energia do que os empreiteiros anunciam. Se for construída, barragem de Belo Monte provocará seca em diversas terras indígenas

Povos do leste do Pará realizam encontros de tuxauas, parteiras e pajés

Lideranças debatem e questionam projeto de construção de hidrelétrica no rio Tapajós, no Pará

Equipe do CIMI/Santarém

Os povos indígenas dos municípios de Aveiro, Belterra e Santarém, próximos do rio Tapajós, no Pará, estão fortalecendo cada vez mais sua articulação e mobilização. Vivem na região os povos Apiaká, Arapium, Arara Vermelha, Borari, Kumaruara, Maitapu, Tupaiu, Tupinambá, Jaraki, Tapajó, Munduruku, Cara Preta, entre outros. As lideranças indígenas têm participado de grandes encontros, como o III Encontro de Caciques e Tuxauas no mês de maio e III Encontro de líderes espirituais indígenas (pajés e parteiras tradicionais), no mês de junho.

O Encontro de Caciques e Tuxauas aconteceu na aldeia Santa Amaro (rio Tapajós), onde foram discutidos os seguintes temas: caciquismo; o projeto de construção da hidrelétrica de São Luiz do Tapajós e seus impactos diretos e indiretos sobre as comunidades indígenas; autodemarcação e políticas públicas de saúde e educação.

Participaram do encontro cerca de 70 pessoas, sendo a maioria lideranças jovens, que buscam, ao lado dos caciques mais velhos, entender e buscar novos horizontes, onde todos possam viver com justiça e dignidade.

O debate sobre a hidrelétrica foi o ponto mais forte do encontro. Na discussão, o cacique Antonio Pereira,

Foto: Equipe Santarém-Cimi Norte II/Arquivo Cimi



povo Cara Preta, da aldeia Escrivão Rio Tapajós explicou: “Nenhum de nós somos forçados a pagar aquilo que faz parte da integridade da criação do mundo. Temos os nossos costumes, as nossas culturas, os rituais e as pessoas têm o direito de viver suas culturas, não precisamos de documentos para mostrar o que somos, está nos nossos rostos. Não devemos aceitar tantos projetos do governo, pois na maioria das vezes alguns só trazem prejuízos ao invés de trazer desenvolvimento”.

III Encontro de líderes espirituais

Outro encontro bem participativo e com uma reflexão muito profunda

foi o III Encontro de líderes espirituais indígenas (pajés e parteiras tradicionais) que aconteceu em junho. Ele teve como um ponto forte os momentos de trabalho prático, onde as parteiras compartilharam entre elas as técnicas de seus trabalhos, não como mulheres com cursos de parteiras, mas mulheres com o Dom de Deus, firmes e fortes em sua fé. E os pajés, com sua forma simples de oração, também ajudaram muitas pessoas que estiveram no encontro. A partir desse encontro as parteiras decidiram formar uma associação de parteiras indígenas para que também sejam reconhecidas não só nas suas aldeias, mas em todos os lugares onde elas estiverem presentes. ■

Para indígenas, hidrelétrica do Tapajós trará mais prejuízos que benefícios para as comunidades

Formação é o caminho na defesa dos territórios

Jucilene G. Correia e Gabriela Montero
Cimi Regional GO/TO

Denise da Veiga Alves
Assessora jurídica Cimi

“O justo é demarcar as terras indígenas; o Injusto é não demarcar...” “Os indígenas têm direito a ter a lei aplicada contra quem violou os seus direitos.” Essas foram as conclusões dos grupos de trabalho formados por 28 lideranças dos povos indígenas que vivem no estado do Tocantins (Apinagé, Krahô-Kanela, Krahô, Xerente, Javaé e Karajá), ao debater entre elas os conceitos de direito, justiça, legalidade e legitimidade, a partir de situações concretas encontradas pelas comunidades no dia-a-dia.

Entre 1 e 9 de julho, na cidade de Palmas (TO), o regional Goiás/Tocantins realizou um encontro de formação, onde foram discutidas questões referentes à terra, às políticas públicas de saúde e educação e aos demais direitos indígenas. Os participantes do encontro, com idades de 13 a 38 anos, atuam em suas comunidades como multiplicadores de conhecimentos ou como agentes de saúde.

As ameaças de invasão e os impactos de grandes obras nas terras indígenas foram os eixos centrais das discussões.

Há projetos de grandes empreendimentos para todas as terras indígenas no Tocantins. Para Bolívar Xerente, a formação é o caminho necessário para que as comunidades conheçam os seus direitos, que não estão sendo respeitados na execução dos projetos.

Direito

A discussão sobre a formação do Estado brasileiro foi introduzida por um jovem Xerente, que relatou como era a vida de seu povo antes da chegada dos europeus no Brasil, segundo a cosmovisão Xerente. Ele falou sobre a aparição do povo e sobre como uma única pessoa – a mais respeitável e mais forte – resolvia os conflitos da comunidade. Atualmente, não há mais essa forma tradicional de exercício de poder. Depois desse relato, foi debatido como as instâncias estatais de poder se constituíram da colonização portuguesa até os dias atuais. Na sequência, foram construídos em grupo os conceitos de Estado, Direito, Justiça e Legalidade.

Os jovens indígenas concluíram que a violação dos direitos de suas comunidades ainda é frequente e, pior, permanece muitas vezes impune. A instauração de processos judiciais contra os caciques de alguns povos tocantinenses também foi lembrada. Nesse contexto,

discutiu-se a aplicação das leis penais não-indígenas no cotidiano das comunidades e os conflitos decorrentes.

No encontro, os indígenas quiseram decifrar os artigos constitucionais referentes aos direitos sociais, ambientais e outros. Assessorados pela advogada Denise Alves, os participantes discutiram e entenderam as determinações constitucionais relacionadas aos indígenas.

O foco maior, naturalmente, foi o conteúdo dos artigos 231 e o 232, que tratam dos Direitos dos Povos Indígenas. Foi debatida a definição constitucional de terras tradicionalmente ocupadas pelos povos indígenas e também se tratou das terras indígenas reservadas e dominiais (previstas no ainda vigente Estatuto do Índio). Além disso, foi abordado o conceito civil de

propriedade privada, que está garantida no artigo 5º da Constituição, porém submetida às condições impostas pelos artigos que tratam da *função social da propriedade*. Muitas vezes, apareceram no debate comparações ou questionamentos sobre o “ser” e o “dever ser”, baseados em situações da realidade que não obedecem o que determinam as leis brasileiras ou Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho, que tem valor de lei no Brasil.

Alguns jovens se mostraram extremamente interessados na discussão sobre direitos e sobre o Direito em si, de forma tão intensa que pretendem se formar advogados para lutar pelos direitos dos povos indígenas, a exemplo de parentes que já estudam em Palmas. ■

Foto: Cimi GOTO/Arquivo Cimi



Indígenas que vivem no Tocantins debatem questões sobre terra, políticas públicas de saúde e educação e outros direitos indígenas

Fotos: Cimi GOTO/Arquivo Cimi



Foto: Denise da Veiga Alves



Deputados criam Fórum para impedir demarcação de terras em SC

Os Guarani protestam contra Fórum que vai fazer pressão na Funai e Ministério da Justiça

Equipe Florianópolis
Cimi Regional Sul

No dia 30 de junho, lideranças Guarani em Santa Catarina estiveram na Assembleia Legislativa, em Florianópolis, para protestar contra um Fórum Parlamentar criado para impedir as demarcações das terras indígenas no litoral norte catarinense.

Os deputados pretendiam criar uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) sobre o trabalho do governo federal de demarcação de terras indígenas, mas a CPI foi considerada inconstitucional por interferir nos trabalhos do governo federal. Assim, no dia 16 de junho, os parlamentares resolveram criar um fórum parlamentar para discutir os processos de demarcação,

arquivando o projeto de CPI. Para os Guarani, no entanto, os efeitos serão os mesmos, já que o objetivo de fazer pressão sobre a Fundação Nacional do Índio (Funai) e Ministério da Justiça para impedir as demarcações continuarão.

De acordo com o cacique da aldeia Pyndatã, no município de Aracuari, Felipe Oscar Brizoela, os indígenas estão apenas reivindicando uma parte do que já era dos Guarani muito antes da chegada dos não-índios. “Não estamos tirando nada de ninguém. Além disso, somos nós que conseguimos preservar a Mata Atlântica e toda essa natureza que existe aqui”, ressalta.

Durante todo o dia 30 de junho, os Guarani conversaram com os parlamentares e entregaram o manifesto externando sua opinião de não reconhecer o Fórum Parlamentar como espaço legítimo para tratar

desse tema. “Nós não fomos sequer convidados para esta discussão, portanto este Fórum não é legítimo”, completa o cacique.

A próxima ação dos Guarani é convidar os parlamentares para uma reunião na aldeia, para que entendam a importância da terra para as comunidades. “Nós os convidamos para mostrar que esta terra é tradicionalmente nossa, que nós é que preservamos a mata e os bichos e a cultura”, diz.

De acordo com Brizoela, neste primeiro momento o Fórum Parlamentar atinge quatro terras indígenas: Morro Alto (município de São Francisco do Sul), Pirai, Tarumã e Pyndatã (Município de Aracuari), mas se conseguir se firmar será um perigo para todas as outras terras indígenas que aguardam estudo para serem demarcadas. ■

Economia solidária e povos indígenas em São Paulo

Povo Pankararé valoriza tradições e participa de projetos de Economia Solidária

Ir. Beatriz Catarina Maestri
Cimi SP

Múltiplas são as possibilidades e tensões que envolvem as lutas dos povos indígenas que vivem no mundo urbano. Nas cidades, há diversas formas de viver, produzir, consumir e socializar-se. Podem ser pensadas novas relações de trabalho, o que implica mudanças na maneira de conceber a economia e relacionar-se com toda natureza. Nesta perspectiva, o movimento da economia solidária concebe a economia, pautado na perspectiva de que as pessoas não se movem pela ganância do poder e do lucro, como quer o capitalismo. Elas se movimentam pelo desejo de que não haja exclusões e que todos tenham acesso igualitário aos bens.

Trocar o individualismo pela união, a competição pela cooperação, a indiferença pela solidariedade, a depredação da natureza pelo cuidado constante com a ecologia, o autoritarismo pela participação conjunta na tomada de decisões, são alguns dos princípios que regem esta nova economia e que perpassam as formas de produzir, vender, consumir produtos, oferecer e receber crédito.

Ao observar os povos indígenas, percebemos que muitos desses princípios que regem a economia solidária são intrínsecos ao cotidiano desses povos. A solidariedade, a reciprocidade, o cuidado com a mãe-terra são aspectos fundamentais na construção histórico-social e cultural desses povos.

Artesanato e agricultura urbana

Em 2005, a partir da demanda de vários povos que vivem em São Paulo, a equipe do Cimi começou a aproximá-los de grupos que atuam na perspectiva da economia solidária. Um temporal caía sobre São Paulo quando participamos da primeira reunião, em uma sala escura e fria no centro da cidade. Foi o primeiro encontro com Sandra Fae Praxedes, coordenadora do programa de Economia Solidária, na Secretaria de Desenvolvimento Trabalho e Inclusão, da cidade de Osasco, na grande São Paulo. Junto com Alaíde Pereira Xavier Feitosa, liderança Pankararé, iniciamos os contatos e articulações com toda comunidade Pankararé residente em Osasco. São atualmente 38 famílias que vivem nesta cidade e que se somam à população que habita as periferias urbanas, com carência de habitação, segurança, saúde, educação, trabalho, entre outros.



A partir da realidade do povo, percebemos que um dos principais problemas enfrentados pelos Pankararé era a falta de alternativas de geração de renda, devido ao grande número de pessoas desempregadas entre o povo. Por outro lado, algumas lideranças demonstravam grande desejo de recuperar tradições culturais específicas, dentre elas, a confecção de artesanato indígena. Ao sonho e à sabedoria indígenas juntou-se uma nova alternativa, projetada com o intuito de fortalecer o grupo e suas aspirações com relação à identidade cultural.

Assim, com o apoio do Programa Osasco Solidária, da Incubadora Pública de Empreendimentos Populares e Solidários (Ipeps) e o acompanhamento do Cimi, em 2006, um grupo Pankararé iniciou o processo de orientação para desenvolverem um empreendimento coletivo e autogerido, a partir dos princípios da economia solidária. As mulheres indígenas foram fundamentais neste novo caminho de busca de inclusão social. Foram elas que se mobilizaram, a partir da confecção do artesanato e, com isso, abriram outras portas para avançar na organização de seu povo.

A partir de 2008, outro grupo iniciou a incubação, integrando um Projeto de Agricultura Urbana. São várias famílias que participam do projeto de produção de agroalimentos com técnicas de base agroecológica e orgânica, que incentiva a segurança alimentar, a preservação ambiental e a geração de renda.

Sonhos e conquistas na caminhada

Neste processo, merece destaque o intercâmbio dos indígenas com outros grupos e o conhecimento de outras técnicas e maneiras de produzir e comercializar seus produtos. Com isso, fortaleceu-se o trabalho coletivo e a participação em políticas públicas que atendam as especificidades culturais dos povos.

A participação desse espaço de organização também conferiu maior visibilidade ao povo Pankararé, sobretudo às famílias de Osasco, diante de órgãos públicos e da sociedade. Exemplo disso foi a realização da Semana dos Povos Indígenas, nesta cidade, já em sua terceira edição durante o mês de abril. A semana conta com a parceria do Cimi e de várias secretarias do município, destacando-se

as de Desenvolvimento, Trabalho e Inclusão, Cultura, Meio Ambiente, Educação e Saúde. Também conquistaram apoio da Casa de Angola, local destinado a apresentações culturais dos afro-descendentes e que hoje é compartilhado pelos Pankararé. O local atende a uma antiga reivindicação deste povo por um espaço físico para suas práticas culturais e encontros específicos.

Os Pankararé também conquistaram espaço específico no Centro Público de Economia Popular e Solidária para comercialização de seus produtos. Destaca-se, ainda, a articulação com a Rede Municipal de Ensino, por meio de visitas e palestras dos indígenas nas escolas, de seminários específicos sobre a questão indígena e de um Curso de História e Cultura Indígena – iniciado em 2008 – para os profissionais da educação, com a participação de indígenas e assessoria do Cimi e da Pastoral Indigenista da Arquidiocese de São Paulo.

Os indígenas avaliam de forma muito positiva os projetos. Para Alaíde Xavier, do grupo de produção de artesanato, “o espaço veio fortalecer o grupo, ajudar as mulheres. E os encontros são bons e proveitosos. O espaço público que tanto queríamos, agora conseguimos”. Genivaldo Xavier, liderança que integra o Projeto de Agricultura Urbana, destaca a importância deste novo trabalho para o fortalecimento dos laços comunitários de seu povo e para o incremento da renda familiar.

São novas estratégias que despojam e que possibilitam integrar sonhos, utopias e buscas dos povos indígenas que vivem na cidade aos sonhos de outros grupos populares e setores excluídos que também lutam por alternativas de trabalho e renda, por um consumo solidário e respeitoso com toda natureza e por políticas que propiciem condições de sustentabilidade. ■



Articulação do povo conquistou espaço para práticas culturais em centro comunitário e apoio para agricultura e artesanato tradicional

DOM PAULO LOPES DE FARIA O Pastor dos pobres cumpru sua Missão

Equipe Itabuna

No dia 16 de julho, em Belo Horizonte (Minas Gerais), faleceu o ex-bispo da diocese de Itabuna (BA) e arcebispo emérito de Diamantina (MG), **dom Paulo Lopes de Faria**, 78, vítima de câncer.

Foto: Divulgação



No período em que foi bispo em Itabuna (1983 -1995), Dom Paulo teve uma atuação destacada na luta pelos direitos humanos e inseriu a Igreja Católica em grandes ações sociais. Apoiou incondicionalmente a luta dos Pataxó Hã-Hã-Hãe

e tratava com muito carinho as lideranças indígenas. O falecimento de Dom Paulo causou grande comoção entre os Pataxó Hã-Hã-Hãe, em especial para os mais velhos que conviveram de perto com o Bispo.

Dom Paulo, o ser humano especial que participou de todos os movimentos sociais de Itabuna durante mais de uma década, enfim, encontrou o seu lugar no mundo. Melhor, o seu lugar na eternidade.

“Em Itabuna, a presença de Dom Paulo coincidiu com a eclosão de uma das piores crises, senão a pior, já enfrentada pela Região Cacaueira. Uma crise que jogou centenas de milhares de pessoas na mais absoluta miséria e que formou um imenso bolsão de miséria na periferia de Itabuna. Foi essa gente humilde, desassistida e à mercê de administradores mais preocupados com obras faraônicas do que com investimentos em infra-estrutura e investimentos em programas sociais, que Dom Paulo defendeu, conciliando sua missão de pastor de almas com uma presença marcante nos movimentos sociais.

Dom Paulo tinha como lema episcopal: ‘Paulo, apóstolo de Jesus Cristo’, e o foi verdadeiramente, fez crescer em muito a Igreja na Diocese, seu amor e carinho por Jesus nas figuras dos excluídos era ao mesmo tempo um gesto de caridade e encontro com Deus no ‘outro’”. (trechos do artigo *Enfim, perto de Deus*, do jornalista Daniel Thame).

Comitê da ONU vai julgar Chile, Colômbia e Peru por racismo

ONU avaliará assassinados de indígenas no Peru e declaração racista do presidente Garcia

Agência Adital

O Comitê para a Eliminação da Discriminação Racial das Nações Unidas (CEDR-ONU) vai julgar Chile, Colômbia e Peru por desrespeito aos direitos de indígenas, afrodescendentes e migrantes. O exame ocorrerá entre os dias 3 e 28 de agosto, em Genebra.

O comitê vai avaliar se os três países consultaram os povos indígenas em questões diretamente ligadas a eles. Também serão examinados os direitos sobre recursos e territórios, a política penal e a situação das crianças indígenas, afrodescendentes e migrantes.

O julgamento foi considerado histórico e um dos desafios da era posterior à Declaração sobre os Direitos dos Povos Indígenas. O documento foi publicado pela Organização das Nações Unidas (ONU) em setembro de 2007.

Nos dias 13 e 14 de agosto, o CEDR receberá representantes do governo chileno e de indígenas do país. O comitê vai avaliar irregularidades na consulta sobre uma reforma constitucional para o Chile. Com um atraso de dez anos, o país foi notificado pelo comitê em 2008 e, agora, vai apresentar um informe do período de 1999-2008.

O comitê exige que a reforma constitucional chilena respeite as normas previstas pelo Convênio 169 da OIT (Organização Interna-

Foto: Indígenas do Peru



cional do Trabalho) e pela Declaração das Nações Unidas sobre os direitos dos povos indígenas.

Colômbia

O Relator Especial da ONU, James Anaya, divulgou um informe pedindo que o governo colombiano consulte os povos indígenas e tome medidas para a efetivação de seus direitos. O informe é resultado da visita de Anaya ao país, de 22 a 27 de julho. “As iniciativas do governo da Colômbia em matéria dos

direitos dos povos indígenas necessitam ser consolidadas e sua efetiva implementação assegurada”, diz o texto do relator.

Tanto os povos indígenas, quanto a Corte Constitucional da Colômbia já denunciaram a falta de consulta prévia em decisões que afetavam os indígenas. A Corte Constitucional do país já declarou inconstitucional a Lei Geral Florestal e o Estatuto de Desenvolvimento Rural, aprovadas sem consulta adequada aos indígenas.

Assassinatos no Peru

A CEDR vai interrogar o Estado peruano sobre os crimes contra povos indígenas em Bagua. Em junho, dezenas de pessoas foram mortas em uma manifestação contra os Tratados de Livre Comércio (TLC) entre Peru e Estados Unidos.

A comissão também vai julgar a política peruana do “perro del hortelano”. Em abril, a CAOÍ (Coordenadora Andina de Organizações Indígenas) denunciou o presidente peruano, Alan García, à CEDR. Em discurso oficial, García chamou os indígenas de “perro del hortelano”, considerando-os responsáveis por sua própria miséria.

O presidente fazia referência às manifestações indígenas contrárias ao Decreto Legislativo 1015, publicado em maio de 2008. A medida modificou as regras para a venda de terras, previstas anteriormente pela Lei 26505. Adequado ao TLC com os Estados Unidos, o novo decreto dispensou empresas da aprovação de três quartos da comunidade local para a compra de terras. A CAOÍ considerou a medida como um “ataque frontal contra os indígenas”. ■

Polícia reprimiu violentamente manifestação de indígenas no Peru

Assine o PORANTIM

EM DEFESA DA CAUSA INDÍGENA

Formas de Pagamento:

BANCO BRADESCO

Agência: 0606-8 – Conta Corrente: 144.473-5

CONSELHO INDIGENISTA MISSIONÁRIO

Envie cópia do depósito por e-mail, fax (61-2106-1651) ou correio e especifique a finalidade do mesmo.

Se preferir pode enviar CHEQUE por carta registrada nominal ao CONSELHO INDIGENISTA MISSIONÁRIO, para o endereço:

SDS – Ed. Venâncio III, Salas 309/314 – CEP: 70393-902 – Brasília-DF

– Para a sua segurança, se for enviar cheque, mande-o por carta registrada!

– Comunique sempre a finalidade do depósito ou cheque que enviar.

– Inclua seus dados: nome, endereço, telefone e e-mail.

P R E Ç O S

Ass. anual: R\$ 40,00

*Ass. de apoio: R\$ 60,00

América Latina: US\$ 40,00

Outros países: US\$ 60,00

* COM A ASSINATURA DE APOIO VOCÊ CONTRIBUI PARA O ENVIO DO JORNAL A DIVERSAS COMUNIDADES INDÍGENAS DO PAÍS.

Solicite sua assinatura pela internet: adm.porantim@cimi.org.br

Mais um Karai se despede rumo a Terra Sem Males

No dia 22 de junho, no acampamento dos Guarani do Araçá'í, na terra Toldo Chimbanguê, faleceu Clementino Barbosa. São Gabriel das Missões, Rio Grande do Sul, terra de Sepé Tiarajú, foi o local do último adeus de seu Clementino. Lá, de maneira contagiosa, deixou o exemplo aos mais novos que estão na luta pelos territórios tradicionais. Na despedida, o recado para os que ficaram de resistirem; como Sepé e seu povo resistiram.

Seu Clementino já estava com a saúde bastante debilitada e há alguns meses não caminhava mais. Mesmo assim, sempre perguntava quando poderiam voltar para o lugar onde nasceria. Seus filhos, familiares e comunidade já pressentiam que mais cedo ou mais tarde Clementino iria se despedir, mas queriam que ele conseguisse ao menos ter a garantia de que a terra realmente estivesse demarcada. Infelizmente não foi possível a realização desse sonho, mas fica seu povo, “guerreando” com a força e o espírito lutador de seu Clementino.

A luta pela terra

Os Guarani viveram, durante anos, confinados em áreas do povo Kaingang, mas sempre alimentaram o desejo de recuperar as suas terras. Reivindicam o direito de retornar para o Araçá'í, terra que viu nascer alguns anciãos Guarani que hoje lutam pela demarcação. Reivindicam apenas uma pequena parte de uma área de seus antepassados. Na luta pela justiça e pela dignidade, alimentada no sonho da “Terra sem Males”, os Guarani decidiram retomar as suas terras. Na madrugada de 10 de julho de 2000, seu Clementino e cerca de 200 Guarani, homens, mulheres e crianças regressaram para a sua terra tradicional.

A retomada do Araçá'í significou, para os Guarani, a possibilidade de viver sua cultura e suas tradições, educando as crianças dentro de um espaço conhecido, construindo o seu *tekohá*. Enfrentaram muitas dificuldades, tempestades, neve, geada e todo o frio do inverno em barracos improvisados. Suportaram a escassez de alimentos. Também resistiram às ameaças constantes, vindas de pessoas que rondavam o acampamento que disparavam tiros para intimidá-los. Assistiram a uma massiva campanha contra a presença indígena na região, fundada em argumentos preconceituosos. Mesmo assim, os Guarani demonstravam a alegria de estar de volta à terra de sua história, lugar de ser gente por inteiro, que antes havia sido invadida, loteada e devastada pelos colonizadores.

Ao regressarem para o Araçá'í, reafirmaram aquilo que Sepé, há mais de 200 anos, aclamou: “Alto Lá! Esta terra tem dono!”. Com a luta, os Guarani conseguiram, em 2000, a criação de um Grupo Técnico para realizar o estudo antropológico e histórico da área do Araçá'í. O Ministério Público trabalhou para que eles permanecessem no Araçá'í. No entanto, a justiça dos tribunais não refletiu sobre a vida e os direitos dos Guarani, fundamentou-se no direito da propriedade privada e sentenciou o despejo dos “filhos da terra”. Foram, uma vez mais, levados à força para uma terra que não era sua. Com muita resistência a terra foi identificada em 2005. Em 2006, retornaram para a terra e, novamente, foram expulsos pela Polícia Federal. Em abril de 2007, a portaria que declarou os limites da terra foi assinada, mas até hoje eles não puderam voltar para sua terra tradicional. Seu Clementino esteve presente em todas estas lutas.

O Conselho Indigenista Missionário - Regional Sul – é solidário à família de Clementino Barbosa e ao povo Guarani neste momento de dor e sofrimento. Clementino continuará sempre vivo na memória e vida do povo Guarani.

Chapecó, SC, 22 de junho de 2009.
Cimi Sul Equipe Chapecó.



AROIADORES

caritas



PORANTIM